



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Requerimento nº 2005
(do Sr. Eduardo Sciarra, PFL/ PR)

Requer a realização pelo Tribunal de Contas da União de procedimento complementar de fiscalização de eventuais prejuízos causados por gestão administrativa temerária e pelo descumprimento do DO CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA – assinado entre a União Federal e o Governo do Estado do Paraná.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 24, inciso X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural faça uma representação junto ao Tribunal de Contas da União para realização de fiscalização complementar de eventuais prejuízos causados por gestão administrativa temerária e pelo descumprimento do cumprimento DO CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA – assinado entre a União Federal e o Governo do Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA

Em sessão realizada no dia 2 de junho de 2004, esta Comissão de Agricultura aprovou o Requerimento nº 227/2004 (cópia em anexo), solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de investigação de eventuais



08191C6928



CÂMARA DOS DEPUTADOS

prejuízos causados por gestão temerária e pelo descumprimento do Convênio de Delegação dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

Na reunião Ordinária do Plenário do Tribunal de Contas da União, foi julgado o processo TC-008.544/2004-1, referente a pedido de investigação solicitado por esta Comissão de Agricultura,

O processo de investigação concluiu pela confirmação de diversas irregularidades e pela determinação de providências pelas autoridades federais.

Contudo, a investigação adotou como ponto de corte o mês de outubro de 2004 e louvou-se quase que exclusivamente em relatórios da ANTAQ e em visita ao Porto de Paranaguá.

Além disso, não foi efetuada uma tomada de contas, especialmente sobre possíveis desvios de finalidade no uso de recursos tarifários e extra-tarifários, especialmente aqueles destinados a investimentos, pois tratam-se de recursos oficiais federais e destinados à manutenção, melhoria e ampliação do patrimônio público FEDERAL.

Há o entendimento da comunidade portuária que congrega especialistas nos diversos segmentos, que os desmandos na gestão geraram sim prejuízos tangíveis ao patrimônio público federal, tanto pelo aumento da deterioração patrimonial como pelas perdas de receita, além de contratos como o da dragagem, considerado eivado de irregularidades pelo Tribunal de Contas do Estado, conforme relatório já enviado àquele Tribunal.

Como as irregularidades denunciadas são muito maiores que as consideradas no relatório e continuam sendo praticadas pelo “delegatário” da União, inclusive com expressivos prejuízos à União e à economia do País, entendemos que deva ser efetuada uma complementação da investigação, em caráter de emergência e abrangendo, com ênfase especial, os seguintes pontos:

- 1 – Novos relatórios da ANTAQ;
- 2 – Pedidos de investigação oriundos do CAP e de seus Conselheiros;



08191C6928



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3 – Denúncias do CAP, de seus Conselheiros, da Comunidade Portuária e de outras instituições ligadas ao setor;

4 – Registros e restrições impostos pela Capitania dos Portos;

5 – Litígio com a Secretaria da Receita Federal;

6 – Livre trânsito de soja transgênica;

7 - Implantação do ISPS CODE;

8 – Desaparecimento de 1.600 toneladas de soja do silo público;

9 - Sistemas de prevenção e controle de acidentes, bem como a disponibilização e preparação de recursos humanos e materiais e;

10 – Tomada de contas para verificação da regularidade no uso de recursos tarifários e extra-tarifários.

Para auxiliar nos trabalhos juntamos os seguintes anexos:

ANEXOS

1 - Relatório de Fiscalização da ANTAQ – fevereiro 2005

2 - Depoimento na CPI da AL do Paraná

3 - Pedido de investigação de Gestão Temerária e Desvio de Finalidade no uso de recursos Federais – Representação da AEB no CAP

4 - Carta denúncia dos Engenheiros do Porto

5 - Pedido de intervenção Federal – Comissão Portos

6 - Capitania – restrições à navegação

7 - Relatório do Tribunal de Contas do Estado sobre irregularidades nos serviços de Dragagem

8 – Fundos de Investimentos – suspensão de contribuições – AEB/CAP

9 - Desvio de recursos – nota de imprensa

10 - Prejuízos ao Agronegócio – FAEP / OCEPAR

11 - Prejuízos operacionais ao porto – ACIAP e Trabalhadores

12 - Pedido de informações sobre investimentos – SINDAPAR

13 - Soja transgênica – restrições – informação da ABTP para o

STF



08191C6928



CÂMARA DOS DEPUTADOS

14 - Acidente do navio Vicuña

15 - Prejuízos na importação de adubos – Sindiadubos

16 – Desaparecimento de 1.600 toneladas de soja – relatório da

CPI da AL

17 – Litígio com a Receita Federal - relatório da CPI da AL

18 – Parecer jurídico do DNIT sobre anulação de licitação do

Cais Oeste

Em vista dos novos fatos, como acima expostos, peço aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, de de 2005

Deputado EDUARDO SCIARRA



08191C6928